

ÉTICA TEOLÓGICA E DISCERNIMENTO

Coleção **MINISTÉRIOS**

- *Formação: desafios morais*, VV.AA.
- *Igreja e escândalos sexuais: por uma nova cultura formativa*, VV.AA.
- *Formação: desafios morais 2*, VV.AA.
- *Teologia da prevenção: por um caminho de humanização*, VV.AA.
- *Direitos humanos e Doutrina Social da Igreja: da globalização da indiferença à globalização da solidariedade*, VV.AA.
- *Ética teológica e pandemias: entre a razão e a urgência social*, VV.AA.
- *Sexualidade e pastoral: aos párocos e agentes de pastoral*, VV.AA.
- *Ética teológica e discernimento: entre a razão e a educação solidária*, VV.AA.

José Antonio Trasferetti
Ronaldo Zacharias
(orgs.)

Ética teológica e discernimento

Entre a razão e a educação solidária



Todos os direitos reservados pela Paulus Editora. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por meios mecânicos, eletrônicos, seja via cópia xerográfica, sem a autorização prévia da Editora.

Direção editorial: *Frei Darlei Zanon*

Gerente de *design*: *Danilo Alves Lima*

Coordenação de revisão: *Tiago José Risi Leme*

Preparação do original: *Cícera Gabriela Sousa Martins*

Capa e diagramação: *Karine Pereira dos Santos*

Imagem de capa: *iStock*

Impressão e acabamento: PAULUS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Ética teológica e discernimento : entre a razão e a educação solidária / organizado por José Antonio Trasferetti, Ronaldo Zacharias. - São Paulo : Paulus, 2023.
(Coleção Ministérios)

ISBN 978-65-5562-785-5

1. Teologia 2. Ética I. Trasferetti, José Antonio II. Zacharias, Ronaldo III. Série

23-0009

CDD 241

Índice para catálogo sistemático:

1. Teologia



Seja um leitor preferencial **PAULUS**.
Cadastre-se e receba informações sobre nossos lançamentos
e nossas promoções: paulus.com.br/cadastro
Tele vendas: (11) 3789-4000 / 0800 016 40 11

1ª edição, 2023

© PAULUS – 2023

Rua Francisco Cruz, 229 • 04117-091 • São Paulo (Brasil)

Tel. (011) 5087-3700

paulus.com.br • editorial@paulus.com.br

ISBN 978-65-5562-785-5

APRESENTAÇÃO

María Isabel Gil Espinosa¹

O discernimento deve ajudar a encontrar os caminhos possíveis de resposta a Deus e de crescimento no meio dos limites. Por pensar que tudo seja branco ou preto, às vezes fechamos o caminho da graça e do crescimento e desencorajamos percursos de santificação que dão glória a Deus. Lembremo-nos de que um pequeno passo, no meio de grandes limitações humanas, pode ser mais agradável a Deus do que a vida externamente correta de quem transcorre os seus dias sem enfrentar sérias dificuldades.
(FRANCISCO, *Amoris Laetitia*, n. 305)²

Refletir seriamente sobre o discernimento – como fazem os autores desta obra –, é uma contribuição muito importante tanto para a reflexão teológica quanto para as implicações concretas na vida e na espiritualidade. Os autores abordam, num primeiro momento, alguns dos fundamentos do discernimento: Sagrada Escritura, magistério da Igreja, consciência e hermenêutica. Num segundo momento, apresentam a relevância do discernimento para a espiritualidade, a comunicação, a evangelização e a pastoral e o sentido da vida.

¹ María Isabel Gil Espinosa é doutora em Teologia, especialista em Bioética (Pontifícia Universidade Javeriana - Bogotá) e professora emérita da Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Javeriana. Tradução do espanhol: Ronaldo Zacharias.

² FRANCISCO, Papa. *Amoris Laetitia*. Exortação apostólica pós-sinodal sobre o amor na família. São Paulo: Loyola, 2016. Daqui em diante = AL.

Mais do que um tema que está na moda, o discernimento é uma tarefa urgente e necessária na reflexão teológica e na prática pastoral de todo o povo de Deus. Pôr em prática o discernimento é tarefa de suma importância, de modo particular, no momento eclesial em que estamos vivendo: chamados a caminhar juntos, como Igreja sinodal. Trata-se de um grande desafio, ao considerarmos que o tema do discernimento foi, por muito tempo, reduzido à espiritualidade da vida consagrada e sacerdotal, como afirma Tony Mifsud:

O tema do discernimento reduziu-se ao campo da espiritualidade, com clara referência à vida consagrada e sacerdotal. Contudo, em São Paulo há uma inegável aplicação ética ligada à vocação cristã em geral. Por sua vez, a espiritualidade é a base e o fundamento do *ethos* cristão. Portanto, o tema do discernimento constitui uma ponte entre a espiritualidade e o *ethos* cristão, capaz de erigir-se como um método para chegar a juízos éticos concretos.³

Ao reduzi-lo “ao campo da espiritualidade, com clara referência à vida religiosa e sacerdotal”,⁴ pareceu que, para todo o povo de Deus – que também é Igreja, ou melhor, que é ele próprio a Igreja⁵ –, o discernimento não tinha nenhuma importância, nenhum valor, nenhum significado, já que se tratava de um assunto pertencente apenas ao espaço sagrado.

É evidente que essa maneira de pensar é herança de uma Teologia Moral pré-conciliar, que concebia o cristianismo

³ MIFSUD, Tony. El discernimiento: de la espiritualidad a la ética. *Cuestiones Teológicas* 47/108 (2020): 134. Disponível em: <<https://revistas.upb.edu.co/index.php/cuestiones/article/view/6917/6498>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

⁴ *Ibidem*, p. 135.

⁵ CONCÍLIO VATICANO II. *Lumen Gentium*. Constituição Dogmática sobre a Igreja, cap. II. In: CONCÍLIO VATICANO II. *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)*. 5ª ed. São Paulo: Paulus, 2011.

por camadas ou por estratos, segundo a qual ao povo de Deus correspondia ficar do lado de fora, no átrio,⁶ devendo conformar-se apenas com cumprir os mandamentos. O seguimento a Jesus era considerado privilégio de uma pequena elite formada por sacerdotes e religiosos, única a ter uma espiritualidade e, portanto, capacidade de discernimento.

Entretanto, com o Concílio Vaticano II, tal perspectiva mudou; basta considerar o que diz o Decreto *Optatam Totius* quando define os critérios para se renovar a Teologia Moral:

De igual modo, renovem-se as restantes disciplinas teológicas por meio do contato mais vivo com o mistério de Cristo e a história da salvação. Ponha-se especial cuidado em aperfeiçoar a Teologia Moral, cuja exposição científica, mais alimentada pela Sagrada Escritura, deve revelar a grandeza da vocação dos fiéis em Cristo e a sua obrigação de dar frutos na caridade para a vida do mundo.⁷

Desde o Concílio Vaticano II, portanto, a Teologia Moral tem a obrigação de mostrar a sublimidade da vocação dos fiéis em Cristo. Isso significa que o seguimento a Jesus é possível para todos, como também o chamado universal à santidade – feito no capítulo V da Constituição Dogmática *Lumen Gentium* –, como assinala Joseph Fuchs:

A Teologia Moral, tal como o Concílio deseja que seja ensinada, não é apenas, nem sobretudo, a doutrina de alguns princípios e preceitos morais, mas a exposição da alegre mensagem da vocação dos fiéis

⁶ COSTADOAT CARRASCO, Jorge. La Iglesia Post-Karadima. *Cristo en construcción*, 14/4/2011 Disponível em: <<https://jorgecostadoat.cl/wp/la-iglesia-post-karadima/>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

⁷ CONCÍLIO VATICANO II. *Optatam Totius*. Decreto sobre a formação sacerdotal, n. 16. In: CONCÍLIO VATICANO II. *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)*. 5ª ed. São Paulo: Paulus, 2011.

em Cristo. Por conseguinte, seu centro é Cristo e o nosso ser em Cristo (1); a categoria verdadeiramente fundamental da moralidade cristã refere-se muito mais à “vocação” do que à lei (2); daí o caráter de resposta da moralidade cristã (3).⁸

Desse modo, a Teologia Moral não se restringe ao esquema de lei-cumprimento, mas se abre ao esquema de liberdade-resposta, pois sua finalidade é evidenciar a sublimidade da vocação dos fiéis em Cristo. O convite é para todos e para cada um dos membros do povo de Deus, e é exatamente na resposta a esse chamado que se centra a finalidade de uma moral autenticamente cristã, como bem explicita o Concílio: “em virtude dessa Revelação, Deus invisível, no seu imenso amor, fala aos homens como a amigos e conversa com eles, para convidá-los e admitir a participarem da sua comunhão”.⁹ Por conseguinte, devemos trabalhar para superar o divórcio entre fé e vida, entre moral e espiritualidade, entre teologia e pastoral.¹⁰ Como já afirmei numa outra instância,

Ao refletir sobre a vida moral e a vida espiritual, podemos correr o risco de tratar cada tema separadamente, como se fossem compartimentos estanques, não tendo nada a ver um com o outro. Essa fragmentação resulta em funestas consequências para os crentes, como é, por exemplo, o divórcio entre fé e vida, para o qual Deus se converte

⁸ FUCHS, Joseph. *La Moral y la Teología Moral postconciliar*. Barcelona: Herder, 1969, p. 12.

⁹ CONCÍLIO VATICANO II. *Dei Verbum*. Constituição dogmática sobre a revelação divina, n. 2. In: CONCÍLIO VATICANO II. *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)*. 5ª ed. São Paulo: Paulus, 2011.

¹⁰ Ver: FRANCISCO, Papa. *Veritatis Gaudium*. Constituição Apostólica sobre as Universidades e as Faculdades Eclesiásticas, n. 2. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_constitutions/documents/papa-francesco_costituazione-ap_20171208_veritatis-gaudium.html>. Acesso em: 22 jul. 2022.

com um fardo pesado para a consciência moral. Entretanto, não pode existir vida moral sem uma autêntica vida espiritual. Essas são duas dimensões indissolivelmente unidas na vida do crente, já que não apenas coexistem, mas se implicam, se condicionam e se constroem mutuamente; por conseguinte, moral e espiritualidade não podem ser apresentadas nem vividas como dois compartimentos estanques.¹¹

O discernimento não é, portanto, um exercício ou um direito próprio da vida consagrada e sacerdotal e, muito menos, refere-se a uma espiritualidade desencarnada, resultado de uma antropologia dualista de matriz grega. O discernimento deve ser situado na vida concreta das pessoas, de todas as pessoas, sejam religiosos, leigos ou sacerdotes, e fundamentar-se numa antropologia de viés bíblico, que não fragmenta a pessoa.

Nessa mesma perceptiva, é importante chamar a atenção para alguns pontos que o papa Francisco expõe na *Amoris Laetitia* (n. 305):

O discernimento deve ajudar a encontrar os caminhos possíveis de resposta a Deus e de crescimento no meio dos limites. Por pensar que tudo seja branco ou preto, às vezes fechamos o caminho da graça e do crescimento e desencorajamos percursos de santificação que dão glória a Deus. Lembremo-nos de que “um pequeno passo, no meio de grandes limitações humanas, pode ser mais agradável a Deus do que a vida externamente correta de quem transcorre os seus dias sem enfrentar sérias dificuldades”.¹²

¹¹ GIL ESPINOSA, Maria Isabel. El amor que nos hace libres. Una aproximación al horizonte liberador de la moral. *Theologica Xaveriana* 61/171 (2011): 97.

¹² AL 305. O papa cita, aqui, *Evangelii Gaudium*, n. 44.

Diante de situações difíceis e de famílias feridas, é necessário recordar sempre um princípio geral: “Saibam os pastores que, por amor à verdade, estão obrigados a discernir bem as situações (FC, n. 84). O grau de responsabilidade não é igual em todos os casos, e podem existir fatores que limitam a capacidade de decisão. Por isso, enquanto se deve expressar claramente a doutrina, é preciso evitar juízos que não levam em consideração a complexidade das diversas situações, e é necessário prestar atenção ao modo como as pessoas vivem e sofrem por causa da sua condição”.¹³

Para Francisco, é preciso levar em conta dois aspectos importantes no processo de discernimento: 1. O grau de responsabilidade não é o mesmo nas diversas situações; 2. Há fatores que limitam a capacidade de decisão. Portanto, se as situações são diferentes, não é possível ter uma postura doutrinal idêntica para todos os casos. Por isso, o discernimento implica a obrigação dos pastores em dois sentidos: 1. Não formular juízos que não levem em conta a complexidade das situações; 2. Considerar o quanto as pessoas vivem e sofrem por causa da sua situação.

Há outro aspecto muito caro a Francisco: o discernimento é uma ação da consciência das pessoas, que não pode ser substituída por ninguém e por nenhuma instância. Cabe aos pastores ter presente que as pessoas procuram, com honestidade, responder, do melhor modo que podem, ao Evangelho diante de situações muito difíceis, até mesmo no meio de grandes limitações humanas. Além disso, é importante considerar que o Espírito Santo está presente no processo de discernimento. Consequentemente, aos pastores cabe a formação das consciências, sem a pretensão de substituí-las:

¹³ AL 79. O papa cita, aqui, *Relatio Finalis*, 2015, n. 53-54.

Também nos custa deixar espaço à consciência dos fiéis, que, muitas vezes, respondem da melhor forma que podem ao Evangelho, no meio dos seus limites, e são capazes de realizar o seu próprio discernimento perante situações em que se rompem todos os esquemas. *Somos chamados a formar as consciências, não a pretender substituí-las.*¹⁴

Referindo-se à situação dos casais separados, divorciados ou abandonados, o papa deixa claro que é preciso ter presente o sofrimento que as pessoas enfrentam nas mais diversas e complexas situações da vida. A reflexão proposta por ele vale para tantas outras situações.

Os Padres disseram que “é indispensável um discernimento particular para acompanhar pastoralmente os separados, os divorciados, os abandonados. Tem-se de acolher e valorizar, sobretudo, a angústia daqueles que sofreram injustamente a separação, o divórcio ou o abandono, ou então foram obrigados, pelos maus tratos do cônjuge, a romper a convivência. Não é fácil o perdão pela angústia sofrida, mas constitui um caminho que a graça torna possível. Daí a necessidade de uma pastoral da reconciliação e da mediação, inclusive através de centros de escuta especializados que se devem estabelecer nas dioceses”. Ao mesmo tempo, “as pessoas divorciadas que não voltaram a casar (que são, muitas vezes, testemunhas da fidelidade matrimonial) devem ser encorajadas a encontrar na Eucaristia o alimento que as sustente no seu estado. A comunidade local e os pastores devem acompanhar essas pessoas com solicitude quando há filhos ou é grave a sua situação de pobreza”. Um fracasso matrimonial torna-se muito mais traumático e doloroso quando há pobreza, porque se têm

¹⁴ AL 37 (itálico nosso).

muito menos recursos para reordenar a existência. Uma pessoa pobre que perde o ambiente protetor da família fica duplamente exposta ao abandono e a todo tipo de risco para a sua integridade.¹⁵

Por conseguinte, exige-se que os pastores façam um discernimento atento e um acompanhamento respeitoso, considerando que:

Essas situações “exigem um atento discernimento e um acompanhamento com grande respeito, evitando qualquer linguagem e atitude que as faça sentir discriminadas e promovendo a sua participação na vida da comunidade. Cuidar delas não é, para a comunidade cristã, um enfraquecimento da sua fé e do seu testemunho sobre a indissolubilidade do matrimônio; antes, ela exprime, precisamente nesse cuidado, a sua caridade”.¹⁶

O discernimento, com as características que, segundo Francisco, dele fazem parte, implica que a consciência subjetiva e individual dos fiéis deve ser considerada na práxis da Igreja, em situações que não realizam objetivamente o ideal proposto por ela, como no matrimônio.¹⁷ Por isso, além de não ser suficiente, “é mesquinho deter-se a considerar apenas se o agir de uma pessoa corresponde ou não a uma lei ou norma geral, porque isso não basta para discernir e assegurar uma plena fidelidade a Deus na existência concreta de um ser humano”.¹⁸

Em síntese, o discernimento pastoral implica um sério compromisso com o acompanhamento e com a integração

¹⁵ AL 242. O papa cita, aqui, *Relatio Synodi*, 2014, n. 47 e 50, respectivamente.

¹⁶ AL 243. O papa cita, aqui, *Relatio Synodi*, 2014, n. 51; cf. *Relatio Finalis*, 2015, n. 84.

¹⁷ AL 303.

¹⁸ AL 304.

das limitações humanas, das feridas e das vidas muitas vezes destruídas, a ponto de, se preciso for, termos de nos situar nas periferias tanto geográficas quanto existenciais.

Isso nos fornece um quadro e um clima que nos impedem de desenvolver uma moral fria de escritório quando nos ocupamos dos temas mais delicados, situando-nos, antes, no contexto de um discernimento pastoral cheio de amor misericordioso, que sempre se inclina para compreender, perdoar, acompanhar, esperar e, sobretudo, integrar. Essa é a lógica que deve prevalecer na Igreja, para “fazer a experiência de abrir o coração àqueles que vivem nas mais variadas periferias existenciais”. Convido os fiéis que vivem situações complexas a aproximar-se com confiança para falar com os seus pastores ou com leigos que vivem entregues ao Senhor. Nem sempre encontrarão neles uma confirmação das próprias ideias ou desejos, mas seguramente receberão uma luz que lhes permita compreender melhor o que está acontecendo e poderão descobrir um caminho de amadurecimento pessoal. E convido os pastores a escutar, com carinho e serenidade, com o desejo sincero de entrar no coração do drama das pessoas e compreender o seu ponto de vista, para ajudá-las a viver melhor e reconhecer o seu lugar na Igreja.¹⁹

Não resta dúvida de que, na perspectiva proposta por Francisco, o discernimento é um grande desafio. Trata-se, indiscutivelmente, de uma tarefa urgente, que devemos abordar com seriedade e profundidade, sobretudo porque a vida das pessoas, de modo especial daquelas que vivem em tantas periferias, merece todo o nosso respeito e deve ser tratada com a máxima responsabilidade. Aos autores

¹⁹ AL 312. O papa cita, aqui, *Misericordiae Vultus*, n. 15.

desta obra, que assumiram empreender tão nobre tarefa, os mais sinceros agradecimentos. Estou certa de que as reflexões aqui propostas poderão ajudar muito tantas pessoas que procuram responder a Deus com o melhor de si, apesar das dificuldades nas quais se encontram. Ao mesmo tempo, poderão ajudar tantos pastores a compreender mais profundamente qual a sua missão no processo de acolhida, acompanhamento e integração das pessoas nas comunidades, graças a um processo profundo e sério discernimento da vontade de Deus a respeito delas e das comunidades das quais são chamadas a fazer parte.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
<i>Maria Isabel Gil Espinosa</i>	

PARTE 1 – FUNDAMENTOS

Capítulo 1 – DISCERNIMENTO E SAGRADA ESCRITURA	17
<i>Solange Maria do Carmo</i>	

Capítulo 2 – DISCERNIMENTO E MAGISTÉRIO DA IGREJA	45
<i>Ricardo Hoepers</i>	

Capítulo 3 – DISCERNIMENTO E CONSCIÊNCIA	71
<i>Aristide Fumagalli</i>	

Capítulo 4 – DISCERNIMENTO E HERMENÊUTICA	99
<i>Ronaldo Zacharias</i>	

PARTE 2 - APLICABILIDADE

Capítulo 5 – DISCERNIMENTO E ESPIRITUALIDADE	117
<i>Ivone Gebara</i>	

Capítulo 6 – DISCERNIMENTO E COMUNICAÇÃO	133
<i>Anísio Tavares</i>	

Capítulo 7 – DISCERNIMENTO, EVANGELIZAÇÃO E PASTORAL	165
<i>Celito Moro</i>	

Capítulo 8 – DISCERNIMENTO E SENTIDO DA VIDA	207
<i>José Antonio Trasferetti</i>	